

Estudo Técnico Preliminar 175/2024

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

Os serviços a serem contratados serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente, bem como pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a Associação Brasileira de Normas Técnicas, exigidos nesses instrumentos e no futuro termo de referência.

Este projeto de licitação terá por fundamento legal o regramento disposto no Art. 2º, inciso V da Lei nº 14.133/2021;

Para a presente contratação será elaborado Projeto Básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir os valores pagos pelo Município para saldar as despesas energéticas dos últimos 5 (cinco) anos, que assegure a viabilidade técnica e o adequado acompanhamento especializado para detectar os valores pagos indevidamente, e assim com a devida assessoria obtenha êxito na recuperação desses valores, pagos de forma indevida.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência de Administração	Jose Aline Munhoz Walter

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A pessoa jurídica com notória especialidade na área deverá ser contratada por meio de procedimento licitatório na modalidade **Concorrência**, nos termos especificados no Art. 29 da Lei de Licitações (14.133/21), pois trata-se de prestação de serviço especial, técnico, intelectual e especializado na área.

Com relação ao critério de julgamento, o mais apropriado ao presente caso será o de “**Maior Desconto**”, nos termos do Art. 6º, inciso XXXVIII c/c Art. 34 § 2º ambos da Lei 14.133 de 2021, que assim dispõe:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

*XXXVIII - **concorrência**: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:*

- a) menor preço;*
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;*
- c) técnica e preço;*

d) maior retorno econômico;

e) maior desconto;

....

Art. 34 § 2º O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.

Desse modo e conforme apontado, a administração pública deverá realizar certame para contratação do serviço técnico especializado na modalidade Concorrência e com julgamento por maior desconto, assim, o licitante que apresentar o menor percentual incidente sobre o proveito econômico obtido pelo município, será declarado vencedor.

Outro ponto que deve ser observado é quanto a remuneração da empresa que será contratada, que se dará em percentual sobre o incremento de receitas e o contrato deverá ser formalizado “ad exitum”.

Isto é, a contratada somente será remunerada em caso de sucesso nas suas demandas, com a comprovação do resultado favorável em favor do município, percebendo um percentual sobre o montante recuperado.

5. Levantamento de Mercado

O quadro abaixo foi elaborado com base no relatório emitido pela Ouvidoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nos anos de 2019 a 2023, no qual apresenta um panorama das reclamações protocoladas junto a concessionária de energia elétrica e dos percentuais de reclamações procedentes.

TIPO DE RECLAMAÇÃO	ANO	QUANTIDADE DE RECLAMAÇÕES	QUANTIDADE DE PROCEDENTES	% DE RECLAMAÇÕES PROCEDENTES
Cobrança por Irregularidade	2023	36246	7210	19,89%
Cobrança por Irregularidade	2022	75529	16102	21,32%
Cobrança por Irregularidade	2021	99852	16780	16,80%
Cobrança por Irregularidade	2020	96795	11823	12,21%
Cobrança por Irregularidade	2019	140601	19861	14,13%

Fonte: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibGEwMTIwMTMtMmY2ZC00N2Q5LWExMjEtNDU0NWMyMTViYjQ1IiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZh>

A partir dos dados do quadro acima verifica-se os seguintes percentuais de reclamações protocoladas junto a Concessionária de Energia Elétrica do Estado que foram julgadas procedentes, considerando os dados apresentados no estudo durante os anos de 2019 a 2023.

ANO	MÉDIA RECLAMAÇÕES PROCEDENTES (%)
2023	19,89%
2022	21,32%
2021	16,80%
2020	12,21%
2019	14,13%

Desta forma, pode-se inferir que durante os últimos cinco anos o valor do empenho usado para saldar as despesas com energia elétrica (prédios públicos e da iluminação pública) parte pode ser considerado cobrança indevida.

Assim, conforme levantamento feito pelo setor financeiro do Município os valores que foram empenhados para saldar as despesas com energia elétrica nos últimos 5 anos, serão demonstrados no quadro abaixo:

ANO	VALOR DA DESPESA COM ENERGIA(R\$)	RECLAMAÇÕES PROCEDENTE (%)	VALOR ANUAL ESTIMADO DE COBRANÇAS INDEVIDAS
2023	R\$ 14.891.393,41	19,89%	R\$ 2.961.898,15
2022	R\$ 15.980.741,07	21,32%	R\$ 3.407.094,00
2021	R\$ 15.039.649,28	16,80%	R\$ 2.526.661,08
2020	R\$ 15.301.886,84	12,21%	R\$ 1.868.360,38
2019	R\$ 14.172.860,64	14,13%	R\$ 2.002.625,21
TOTAL	R\$ 75.386.531,24	_____	R\$ 12.766.638,82

Fonte das despesas: <https://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia/despesa/empenho>

Assim, **o valor estimado da repetição do indébito é de R\$ 12.766.638,82** (Doze milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e dois centavos) sem considerar a correção monetária e os acréscimos legais.

Com relação a remuneração de empresas por serviços semelhantes, conforme pesquisa de preços realizados em processos em outros estados com objeto semelhante à desta licitação e obtivemos os seguintes resultados:

MUNICÍPIO	VALOR ESTIMADO NO EDITAL (R\$)	HONORÁRIOS (RETORNO PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS)	CERTAME
Rio Grande/RS	R\$ 8.067.786,55	19,90%	Concorrência nº 010/2023
Araripe/CE	R\$ 938.065,00	20%	Tomada de Preços nº 02.01 /2022-TP
Caetité/BA	R\$ 360.000,00	20%	Inexigibilidade nº 172/2023
VALOR MÉDIO	R\$ 3.121.950,52	19,97%	_____

Fonte1: <https://riogrande.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1>

Fonte2: <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/detalhes/proc/188406/licit/140240>

Fonte3: https://portaldatransparencia.caetite.ba.gov.br/index.php?class=DetalhaLicitacao&method=onPublica&key=925&lic_id=925

Desse modo, conforme demonstrado, o valor estimado da recuperação é de **R\$ 12.766.638,82** (Doze milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e dois centavos), sendo que, **a remuneração média pelo serviço contratado em objeto análogo, conforme pesquisa de preços realizados em processos em outros estados com objeto semelhante à desta licitação, é de 19,97%** (dezenove vírgula noventa e sete por cento) sobre o proveito econômico/financeiro obtido em favor do Município.

Os referidos valores serão pagos com verba própria e/ou sem vinculação específica, nos moldes da Jurisprudência assentada sobre a matéria, não se permitindo sua dedução dos créditos do Município (estes adstritos à educação básica, por vinculação constitucional).

6. Descrição da solução como um todo

O retorno financeiro ao ente municipal, se dará por meio da entrada direta de recursos (depósito em conta corrente) ou por meio de compensação em face de dívida do ente municipal com a distribuidora de energia, além da adequação das cobranças futuras efetuadas pela Distribuidora de Energia Elétrica.

Outro ponto importante é o asseguramento de que o município pagará pelo consumo de energia em conformidade as normas e padrões técnicos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), evitando pagamento de valores indevidos.

Apontamos também a possibilidade de estudo e sugestão de minuta de projeto para adequação da Lei da CIP, que esteja de acordo com a capacidade contributiva do consumidor contribuinte e que possa custear a manutenção e a ampliação da rede de iluminação pública, de forma a fornecer um serviço de qualidade aos municípios.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O valor estimado da recuperação é de R\$ 12.766.638,82 (Doze milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e dois centavos). Com base em pesquisa de preços realizada em processos semelhantes em outros estados, a remuneração média pelo serviço contratado é de 19,97% (dezenove vírgula noventa e sete por cento) sobre o proveito econômico/financeiro obtido em favor do Município.

Esses 19,97% serão pagos de forma proporcional ao valor da recuperação que a empresa vencedora do processo licitatório conseguir reverter. A empresa que oferecer o menor percentual será a vencedora do processo licitatório.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.549.497,77

O valor estimado da recuperação é de **R\$ 12.766.638,82** (Doze milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e dois centavos), sendo que, **a remuneração média pelo serviço contratado em objeto análogo, conforme pesquisa de preços realizados em processos em outros estados com objeto semelhante à desta licitação, é de 19,97%** (dezenove vírgula noventa e sete por cento) sobre o proveito econômico/financeiro obtido em favor do Município.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução não se aplica, uma vez que trata-se de contratação de empresa especializada para a referida compra

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratação correlata

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada ao planejamento desta Secretaria e prevista na Lei Orçamentária Anual.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de uma pessoa jurídica para assessorar o município na gestão, elaboração de auditorias e laudos técnicos, mediante a conferência das faturas de energia elétrica da administração direta e indireta do município, traz uma série de benefícios e resultados positivos:

1.

Redução de Custos: A revisão detalhada das faturas de energia elétrica pode identificar cobranças indevidas, erros de tarifação, isenções não aplicadas e não recolhimento de impostos, resultando em economia significativa para o município.

2.

Otimização do Orçamento: Com a identificação de possíveis cobranças indevidas e a recuperação de valores pagos a mais, o orçamento do município pode ser otimizado e direcionado para outras áreas prioritárias.

3.

Transparência e Eficiência: A análise minuciosa das faturas de energia e a elaboração de laudos técnicos promovem maior transparência na gestão dos recursos públicos, garantindo que o município pague apenas pelo que efetivamente consome.

4.

Regularização de Pendências: A verificação do recolhimento do ISS e da contribuição de iluminação pública (CIP) assegura que todas as obrigações fiscais sejam cumpridas, evitando possíveis autuações e penalidades futuras.

5.

Prevenção de Litígios: A identificação precoce de cobranças indevidas e ações corretivas contribuem para evitar litígios e disputas legais com as concessionárias de energia elétrica, preservando a imagem e a reputação do município.

6.

Repetição de Indébitos: A busca por repetição de indébitos decorrentes de cobranças indevidas nas contas de energia elétrica pode resultar na recuperação de valores pagos a mais no passado, fortalecendo o caixa municipal.

13. Providências a serem Adotadas

Receber, avaliar e atestar o recebimento do material, através da nota fiscal e conforme o empenho.

Fiscalizar e gerenciar o contrato.

Prestar esclarecimentos quando necessário, para garantir o cumprimento integral do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os fornecedores deverão atender no que couber os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação vigente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Em resumo, a contratação de uma pessoa jurídica especializada em assessoria na gestão e auditoria das faturas de energia elétrica traz benefícios financeiros, operacionais e legais para o município, garantindo uma gestão mais eficiente, transparente e responsável dos recursos públicos

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GABRIELA SARTORI BONINI

Gerente Administrativo Setorial



Assinou eletronicamente em 13/05/2024 às 09:34:09.